

À Prefeitura Municipal de Campo Bom

Ao Sr. Luciano Libório Baptista Orsi

MD Prefeito Municipal de Campo Bom

Pregão Eletrônico Nº 150/2023

PROJETAR ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.633.784/0001-53, com sede na R. Doutor Hipólito Ribeiro, nº 667, Bairro Três Vendas, no Município de Pelotas – RS, vem por intermédio de seus Procuradores, ao final subscritos, promover a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO** nº 150/2023, pelas razões e fatos que passamos a expor:

1. RELATÓRIO:

A Prefeitura Municipal de Campo Bom, por intermédio de seu Prefeito Municipal, tornou público o edital de licitação 150/2023, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa objetivando o registro de preços de serviços de manutenção e limpeza de ar condicionado.

Ocorre que, ao verificar as condições para a participação do certame, a empresa **PROJETAR ENGENHARIA LTDA**, ora impugnante, constatou irregularidades e inconsistências no conteúdo do edital e seus respectivos anexos.

Tais omissões que expõem a eficiência da contratação e contrariam o entendimento do órgão fiscalizador da atividade – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, bem como do Tribunal de Contas do Estado (jurisprudência de caso recente representado por esta assessoria).

Portanto a empresa **PROJETAR ENGENHARIA LTDA**, por entender que as exigências de qualificação técnica são incompatíveis com a legislação vigente do certame, vem promover a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no artigo 164 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2. PRELIMINAR DE IMPUGNAÇÃO

Preliminarmente, imperioso ressaltar que o presente edital de licitação prevê o prazo para impugnação do mesmo e dispõe que eventuais alegações devem ser enviadas **até 03 dias úteis** antes da sessão, em consonância o art. 164 da Lei de Licitações, que prevê a possibilidade de Impugnação ao edital e a obrigatoriedade de apresentação de respostas pela Administração, no mesmo prazo. Vejamos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Ademais, recentemente o Tribunal de Contas da União proferiu decisão nos autos do **Acórdão nº 7289/2022**, referente à **responsabilidade do Agente Público** na análise das ilegalidades observadas em sede de impugnação. Em síntese, o Ministro Relator Vital do Rêgo informou que é dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida. Ainda, que o agente público tem o **dever de adotar providências** de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento.

3. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

O presente processo licitatório tem como objeto o registro de preços de serviços de manutenção e limpeza de ar condicionado, conforme especificações pormenorizadas no Termo de Referência.

Trata-se, inegavelmente, de **atividade fiscalizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**.

No entanto, o presente edital não exige qualquer documentação vinculada ao respectivo órgão, permitindo que toda e qualquer empresa participe da disputa. O instrumento convocatório silencia quanto a necessidade de registro da **pessoa jurídica** (licitante) perante o CREA, bem como de seus **atestados de capacidade técnica**.

A omissão, em que pese sanável, configura grave risco a satisfatória execução do objeto desejado pelo Município de Campo Bom e expõe flagrante afronta ao entendimento do Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia. Este, na qualidade de fiscalizador da atividade, editou e deu publicidade a **Decisão Normativa nº 114 de dezembro de 2019**, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relacionadas a sistemas de refrigeração e de ar condicionado.

O dispositivo legal, já em seu artigo 1º, prevê a obrigatoriedade de registro das empresas perante o CREA. Vejamos:

*Art. 1º Esclarecer que **toda pessoa jurídica** que execute atividades de projeto, fabricação, inspeção, experimentação, ensaio, controle de qualidade, vistoria, perícia, avaliação, laudo, parecer técnico, arbitragem, consultoria, assistência, montagem, instalação, operação, **manutenção e reparo** de sistemas de refrigeração e de ar condicionado **fica obrigada ao registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.***

(grifo nosso)

Ademais, a matéria em apreço (necessidade de registro perante o CREA para atividades por este fiscalizadas) já foi matéria de Representação perante o TCE apresentada por esta Assessoria, oportunidade em que a Corte de Contas decidiu, por unanimidade, pela anulação do processo em razão da não exigência de registro da empresa perante o CREA.

Nos autos do **Processo nº 024683-0200/23-2** a Corte de Contas estadual entendeu que a ausência de exigência de registro da empresa perante o CREA em licitações cujo objeto trata de serviço fiscalizado por este, representa **risco à segurança da futura execução contratual, em observância ao Princípio da Eficiência, diretamente ligado à seleção da**

proposta mais vantajosa para a administração, na qual se objetiva auferir também a qualidade do serviço, e não apenas o menor preço.

REPRESENTAÇÃO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO COM OPERADORES PARA OBRAS. EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. TUTELA DE URGÊNCIA SUSPENSIVA. TUTELA DEFINITIVA. ANULAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÃO À ORIGEM. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA PELA DCF. CIÊNCIA AO CONTROLE INTERNO E AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

No presente caso em apreço, é imprescindível que a Administração da Prefeitura Municipal de Campo Bom reforme o presente edital e inclua a exigência de **registro da empresa perante o CREA**, bem como a necessidade de apresentação da **CAT dos atestados de capacidade técnica**, o que demonstra a averiguação dos mesmos pelo órgão fiscalizador.

4. DO PEDIDO

Ante todos os fatos expostos no decorrer desta peça, requeremos à Vossa Senhoria, MD Prefeito Municipal de Campo Bom, que **JULGUE PROCEDENTE** a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL nº 150/2023**, e decida pela:

- a) Inclusão da exigência de apresentação de **comprovação de Registro da Pessoa Jurídica perante o CREA**, em

consonância com a Decisão Normativa nº 114/2019 e com a Jurisprudência da Corte de Contas Estadual.

- b) Inclusão da exigência de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, **acompanhados das respectivas CAT**, eis que imprescindível para a satisfação dos Princípios da Eficiência e da Seleção da Proposta mais vantajosa ao erário.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pelotas, 14 de dezembro de 2023.

Leandro Souza Sabbado

Procurador

CPF 919.088.500-78

Pedro Coely Silveira

Assessor Jurídico

OAB/RS 127.995

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MARCOS PAULO SILVA DE OLIVEIRA, Micro Empresa, inscrita noCNPJ nº 24.633.784/0001-53, com sede na Rua Dr. Hipólito Ribeiro, nº 667, BairroSítio Floresta, Município de Pelotas/RS, neste ato representada por seu representantelegal, o Sr. Marcos Paulo Silva de Oliveira, Cédula de Identidade nº 8100151979 e CPF nº 019.159.530-65.

OUTORGADOS: LEANDRO SOUZA SABBADO, Brasileiro, Casado, Empresário, natural de Jaguarão/RS, portador da Cédula de Identidade nº 6065831981 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 919.088.500-78, residente e domiciliado na Rua Voluntários da Pátria, nº 177, Apartamento 202, Bairro Centro, CEP: 96015-730 em Pelotas - RS.

HÉLDER LUIS LANGE OLIVEIRA, Brasileiro, Solteiro, natural de Pelotas-RS, Diretor Executivo, portador da Cédula de Identidade nº 3104420926 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 030.170.580-18, residente e domiciliado na Rua HellmuthHardt nº 461, Bairro Três Vendas, CEP: 96.070-157 Município de Pelotas – RS.

PEDRO COELY SILVEIRA, Brasileiro, solteiro, natural de Santa Vitória do Palmar – RS, Assessor Jurídico, portador da cédula de identidade 1097088874 expedida pela SSP/ DI RS, inscrito no CPF 037.500.010-06, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Ildelfonso Simões Lopes N 730, apto 303, bairro Três Vendas, CEP 96060290, Município de Pelotas – RS.

ELISANGELA SCHMITZ MATTOS, Brasileira, Casada, natural de Pelotas-RS, Analista de Licitações, portadora da cédula de identidade nº 2069707831 expedida pela SJS RS, inscrita no CPF nº 938.994.240-34, residente e domiciliada no Passeio Quatro, 621, Bairro Areal, CEP: 96081-055, Município de Pelotas – RS.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, o outorgante constitui e nomeia seu bastante procurador o



outorgado, para fim especial de promover a participação do outorgante em licitações públicas promovidas por quaisquer Órgãos da Administração Pública, sejam estas Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como promovidas por Fundações e Autarquias, podendo para tanto em nome do Outorgante, assinar declarações, solicitar a Emissão de Certificados de Registro Cadastral, Assinar Atas de Registro de Preços, Instrumento Contratual, solicitar editais de Licitações, assinar Impugnação de Editais, Interpor e renunciar ao direito de Interpor Recursos Administrativos, Solicitar esclarecimentos acerca do Edital de Licitação, Representar o Outorgante nas Seções Públicas na qualidade de Procurador, assistir a abertura de propostas de Preços, fazer reclamações, protestos, transigir, Poderes para manifestar-se verbalmente, assinar atas, formular proposta, oferecer lances de preços, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, representar junto ao Tribunal de Contas dos Estados de onde forem realizadas os processos licitatórios, podendo em seu nome solicitar informações, pedir vistas, requerer cópias de documentos, fazer defesa oral, apresentar manifestações, apresentar defesa escrita e recursos. Enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, completo e fiel desempenho deste mandato.

A presente Procuração terá validade de 36 meses, a contar da data de sua assinatura.

Pelotas - RS, 21 de novembro de 2023.



DUNAS

MARCOS PAULO SILVA DE OLIVEIRA
EMPRESÁRIO
RG 8100151979/ CPF 019.159.530-65



Cartório Dunas Tabelionato de Notas e Registro Civil

Av. Domingos de Almeida, 1012 - Sala 1004 - Pelotas - RS - Fone/Fax: (53) 3303.4853



Reconheço **AUTENTICA** a firma de **Marcos Paulo Silva de Oliveira**. Dou fé.








EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Pelotas, 22 de novembro de 2023, às 16:02
Fernanda Afonso de Castro-Escritora Autorizada
Emol.: R\$ 6,40 + Selo digital: R\$ 1,80 - 0433.01.2800001.44034

Rua Dr. Hipólito Ribeiro, 667 CEP: 96.070-149 – Pelotas RS
Celular: (53) 98451-9645








Fernanda Afonso de Castro
Fernanda Afonso de Castro
Escritora Autorizada

 <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO</div>					
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN					
2 ^a 1 ^a NOME E SOBRENOME LEANDRO SOUZA SABBADO			1 ^a HABILITAÇÃO 30/07/2003		
					
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 11/04/1978, JAGUARAO, RS					
4a DATA EMISSÃO 02/10/2023	4b VALIDADE 02/10/2033	ACC 	D 		
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 6065831981 SSP RS					
4d CPF 919.088.500-78	5 Nº REGISTRO 02961254087	3 CAT HAB B			
NACIONALIDADE BRASILEIRO					
FILIAÇÃO JAYME ANGELO RAMOS SABBADO					
MARIA DA GRACA SOUZA SABBADO					
7 ASSINATURA DO PORTADOR 					

9
10
11
12

ACC 			
A 			
A1 			
B 		02/10/2033	
B1 			
C 			
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
C 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

PORTO ALEGRE, RS

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

57980007146

RS275289311

RIO GRANDE DO SUL

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA029612540<876<<<<<<<<<
7804115M3310023BRA<<<<<<<<<4
LEANDRO<<SOUZA<SABBADO<<<<<<<



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2213721290



NOME
PEDRO COELY SILVEIRA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
1097088874 SSP/DI RS

CPF
037.500.010-06

DATA NASCIMENTO
29/11/1996

FILIAÇÃO
ARTUR SILVEIRA
GISELE DE MEDINA COELY

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06503491556

VALIDADE
15/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
13/11/2015

OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85938617198
RS245760644

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN